SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I – DIÁLOGOS COM A DOUTRINA JURÍDICA SOBRE EQUILÍ- BRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE CONTRATOS ADMINIS- TRATIVOS	23
O que todo profissional de infraestrutura precisa saber sobre equilíbrio econômico-financeiro de concessões e PPPs (Mas os nossos juristas ainda não sabem)	25
Análise econômica no direito administrativo.....	41
Mitos, incompreensões e equívocos sobre o uso da TIR – Taxa Interna de Re- torno para equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos.....	45
Devemos proibir que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro altere a distribuição de riscos originária do contrato?.....	81
Equilíbrio econômico-financeiro e o fetiche com a Constituição Federal e com o seu passado remoto em França	95
Equilíbrio econômico-financeiro de contratos e sincretismo metodológico	101
II – O REEQUILÍBRIO POR EVENTOS IMPREVISÍVEIS E DE IMPACTOS EXTRAORDINÁRIOS.....	107
Estudo quantitativo e probabilístico sobre a combinação entre as noções de previsibilidade de eventos e extraordinariedade dos seus impactos.....	109
Notas sobre equilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos em tempos de pandemia	135

Nota sobre os equívocos na decisão da ANAC sobre reequilíbrios de longo prazo dos aeroportos pela pandemia	141
--	-----

III – A METODOLOGIA DE CÁLCULO DO DESEQUILÍBRIO E DO REEQUILÍBRIO 149

Erros e acertos no uso do plano de negócios e da metodologia do fluxo de caixa marginal'	151
Dimensionamento do desequilíbrio de contratos de concessão e PPP: quando se deve usar dados projetados e quando se deve usar dados reais? ..	185
Cabe reequilíbrio porque caiu a TIR dos novos projetos no mesmo setor?.....	207
Desinflação dos valores da depreciação em plano de negócios de contrato de concessão ou PPP.....	211
Aleatoriedade em processos de reequilíbrio de contratos: o uso de estimativas de demanda para definir o valor da compensação às partes e para medir o valor do desequilíbrio	221
O reequilíbrio econômico-financeiro e o mito do regresso ao "statu quo ante".....	243
Concessões e PPPs: se o Fator D ou IDG se caracterizar como penalidade, a sua aplicação pode ser anulada	251
Uso de dados reais (e não dados estimados) em revisões de concessões pode violar sua distribuição de riscos	257
E se a lei e o contrato forem omissos sobre os critérios e as metodologias econômicas e financeiras aplicáveis ao contrato, como fazer para reequilibrá-lo?	261

IV – A RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE REEQUILIBRAR OS CONTRATOS..... 267

Represamento e supressão de direito ao reequilíbrio em contratos de concessão e seus custos para os usuários e para o concessionário	269
Reequilíbrios incompletos de contratos de concessão e PPP: reequilíbrio econômico (que não caracteriza reequilíbrio financeiro) e reequilíbrio financeiro (que não caracteriza reequilíbrio econômico).....	305
O atraso em reequilibrar contratos de concessão e PPP pode ser enquadrado como improbidade administrativa?	315
Pedaladas Contratuais.....	331
Quando se pode dizer que há oportunismo contratual em concessões?	335

V – A RELAÇÃO ENTRE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, O DIREITO PRIVADO E O PROCESSUAL 341

O pagamento pelo reequilíbrio de contratos administrativos é uma indenização?	343
Arbitragem e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato	349
Pode o concessionário se opor à imposição de novos investimentos em contratos de concessão e PPP? Em quais circunstâncias?	355
Prescrição de direito de contratados da administração pública a reequilíbrio pode ter prazo maior que 5 anos.....	361

VI – DEFENDENDO A RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS QUANDO A DOUTRINA AINDA ENTENDIA QUE ISSO ERA ILÍCITO E OLHANDO AS INSUFICIÊNCIAS DOS CONTRATOS QUE LEVARAM À NECESSIDADE DE SUA RENEGOCIAÇÃO 365

Medida Provisória 727/16 sobre PPI: o Governo Temer renunciou a usar investimentos em infraestrutura no curto prazo para revitalizar a economia do país?	367
A Medida provisória nº 752/16 e os setores rodoviário e aeroportuário	379
Remediando os problemas de liquidez para evitar o colapso do setor de infraestrutura brasileiro	403
Recuperação judicial da Odebrecht, o combate à corrupção e oportunidades perdidas no setor de infraestrutura	411
Concessões de aeroportos e de rodovias federais: o erro de atribuir ao concessionário riscos controlados pelo poder concedente e as suas consequências.....	419

VII – RENEGOCIAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 449

Comentários ao estudo sobre contratação incompleta de projetos de infraestrutura publicado por Nobrega, Vêras e Turolla	451
Nota sobre a diferença entre negociações, renegociações e reequilíbrios de contratos administrativos	471
Nota sobre o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade econômico-financeira de contratos	475
Nota sobre a relação entre consensualismo, negociações, e renegociações de contratos administrativos.....	479

Todo mundo quer renegociar contratos públicos	483
Renegociação de contratos na administração pública: objeções mais comuns da doutrina tradicional.....	495
Indisponibilidade do interesse público não se aplica a contratos administrativos	507
Renegociação de contratos na administração pública: a preocupação com a isonomia, “moral hazard” e corrupção	511
Renegociação de contratos – o que diz a resposta do TCU à consulta sobre a revogação das relicações?	523
Renegociação de contratos administrativos: um programa permanente?	537
Renegociação de contratos – como fazer no caso dos contratos de concessão federal de rodovias e aeroportos em crise?	541
Neofilia e teoria jurídica de mãos dadas para prejudicar as concessões	561
Renegociação de contratos federais: notas sobre o desenho da sua submissão ao mercado.....	567